

Brasil sobe uma posição e interrompe tendência de queda em ranking global de competitividade

*Apesar dos sinais de recuperação econômica, a
ausência de reformas e incerteza política ainda são
motivos de preocupação*

Belo Horizonte, 26 de setembro de 2017 – O Brasil interrompeu em 2017 uma sequência de quedas iniciada em 2013 no ranking que avalia a competitividade de 137 países, divulgado pelo Fórum Econômico Mundial em parceria com a Fundação Dom Cabral. Ocupando a 80ª colocação, o país sinaliza uma tímida recuperação econômica e fortalecimento das instituições.

O Relatório Global de Competitividade 2017-2018 constata uma evolução no aspecto institucional brasileiro, sobretudo com o combate à corrupção e liberdade do poder judiciário. Os primeiros passos rumo às reformas e simplificações regulatórias são também parte dos avanços que permitem ao Brasil oferecer um ecossistema mais propício à inovação – condição fundamental para a retomada do crescimento econômico e do desenvolvimento social.

Os 10 anos da crise econômica mundial – Novos panoramas e realidades

O Fórum Econômico Mundial evidencia que dez anos após a maior crise financeira da história do capitalismo, o mundo começa a dar sinais de recuperação em 2017. A expansão atual é de caráter cíclico, impulsionada por taxas de juros muito baixas e não por mudanças em fatores estruturais relevantes. Ainda que os patamares de crescimento da produtividade, de investimento e de emprego não retornaram aos níveis anteriores a 2008, uma nova realidade se constitui.

Do ponto de vista financeiro, uma nova onda anti-regulacionista ganha força, evidenciando a fragilidade do sistema bancário internacional. Por um lado, no pós crise a liquidez dos bancos e a segurança no financiamento foram colocadas em cheque nos países desenvolvidos. Por outro lado, nos países em desenvolvimento há uma alta taxa de inadimplência privada, assim como forte alavancagem financeira e produtiva. Uma questão relevante acerca dessa nova

realidade é a perda de poder de articulação das instituições públicas, com governos mais endividados, e com maior dificuldade em tomar medidas de apoio ou resgate econômico.

Em geral, os países estão inovando mais. A intensificação do fluxo de informação resulta em um ecossistema mundial mais propício a esse fenômeno. Todavia, uma dissonância também foi apontada: apesar de mais inovações, as empresas e a sociedade estão com maiores dificuldades de transformar esse conhecimento em produtos e serviços para a população. A maior informatização e digitalização das economias aponta para um aumento endógeno da competitividade verificado na produção e utilização das novas tecnologias da fronteira de conhecimento, tais como inteligência artificial, impressão 3D e blockchain.

Um novo panorama também se relaciona à conformação do trabalho pós crise, com um perfil claramente diferente do momento anterior. O mercado de trabalho apresenta um novo desenho em que os trabalhos de alta e baixa intensidade tecnológica ganham espaço, em detrimento dos trabalhos de nível médio, cada vez mais substituídos pelas tecnologias digitais. O crescimento da produtividade total dos fatores permanece estancado a uma taxa próxima a zero e provavelmente não retornará, no curto prazo, aos níveis observados nas últimas décadas. Esse ponto suscita uma discussão acerca da necessidade de flexibilização dos direitos trabalhistas, que vem ganhando espaço nas agendas políticas. Os dados do Fórum Econômico Mundial mostram que não há necessariamente um trade-off entre flexibilidade no mercado de trabalho e direitos trabalhistas. A experiência de países como Dinamarca, Noruega, Suíça e Holanda mostra que ambas características podem conviver com altos níveis de emprego e baixa desigualdade social.

Por fim, foi averiguado um decréscimo real da pobreza no planeta, sobretudo em função do desenvolvimento asiático das últimas décadas. Todavia, é também fato que a desigualdade social aumentou em ritmo acelerado. Uma preocupação central é como a mudança tecnológica impulsionada pela quarta revolução industrial pode ter seus ganhos econômicos distribuídos de forma ampla na sociedade, de forma a garantir a sustentabilidade do planeta e oportunidades iguais para os jovens e as gerações futuras.

Top 10 – ainda mais competitivos

Claramente o país mais competitivo do mundo continua sendo a **Suíça** que fica em primeiro lugar pelo oitavo ano consecutivo (Figura 1) . O relatório aponta o país como uma das economias mais complexas do mundo, indo muito além de seu conhecido sistema financeiro. Os suíços são referência em inovação e sofisticação, sendo aproximadamente 40% do seu PIB advindo da produção industrial e comércio internacional. Os suíços dominam tanto pela segurança jurídica e institucional quanto pela legislação simplificada. Esse ano, ocupando a segunda posição, encontra-se os **Estados Unidos**. A maior economia do mundo é o ecossistema mais propício à inovação, tendo desenvolvido uma capacidade técnico-científica ímpar. **Singapura** aparece em terceiro lugar. O país continua como maior referência nos pilares de educação superior e treinamento e na eficiência dos mercados de bens, reflexo de sua posição institucional e infraestrutura.

A **Holanda** e **Alemanha** seguem como quarta e quinta economia mais competitiva do mundo. Ambos os países apresentam avanços na educação superior e na qualificação de mão de obra,

com índices favoráveis no mercado de trabalho e retomando seus patamares tradicionais de investimento e crescimento.

Hong Kong sobe três posições, movido sobretudo pela simplificação trabalhista e controle da inflação, além de oferecer a melhor infraestrutura do mundo e um eficiente mercado financeiro. Logo em seguida aparecem **Suécia** e **Reino Unido**, destaques pelo ponto de vista institucional e pela sofisticação de suas atividades produtivas. O **Japão** aparece na nona posição com proeminência em qualidade da infraestrutura tanto física quanto digital, seguido da **Finlândia**. O país fecha o top 10 pelo segundo ano consecutivo ao apresentar avanços educacionais e em qualificação tecnológica, além de reconhecida como maior referência institucional do mundo.



Figura 1: Ranking das dez economias mais competitivas do mundo, segundo The Global Competitiveness Report 2017-2018.

América Latina: o pós-crise no continente

Um dos últimos e mais afetados continentes pela crise econômica mundial, a América Latina experimentou nos últimos anos recessão em muitos países. Segundo o FMI, para 2017 esperase um crescimento de 1,1% do PIB e cortes graduais nas taxas locais de juros, com o fim de atrair capitais e amenizar os efeitos do fim do ciclo das commodities.

A tentativa de não perder os ganhos sociais advindos da última década e do processo de combate a pobreza passam inerentemente pelo sucesso econômico dos próximos anos. Claramente a América Latina não conseguiu traçar uma trajetória sustentada de crescimento visando a redução do gap através do processo de catch-up tecnológico e de industrialização. A deterioração institucional assim como a crise política vivenciada em muitos países aponta para uma nova trajetória com transformações estruturais relevantes. Os ganhos em infraestrutura e capital humano refletem uma transformação lenta e gradual do ecossistema de inovação, permitindo maior complexidade e intensidade tecnológica nas atividades econômicas, sobretudo no setor de serviços.

No continente latino-americano, o destaque continua sendo o **Chile** (Figura 2) que se manteve na 33ª posição, a **Costa Rica** que avançou 7 posições e a **Argentina**. Apesar de ocupar a 92ª posição no ranking, a **Argentina** registra uma escalada de 14 posições nos últimos dois anos, advindas majoritariamente de melhorias das expectativas acerca do crescimento econômico. Com avanços em infraestrutura (81ª posição) e prontidão tecnológica (66ª posição), bem como queda gradual do desemprego (atualmente em 8.7%), a Argentina caminha para uma posição mais competitiva.

	2017-2018		2016-2017	
	Rank	Score	Rank	Score
Chile	33	4,71	33	4,64
Costa Rica	47	4,50	54	4,41
Panamá	50	4,44	42	4,51
México	51	4,44	51	4,41
Colômbia	66	4,29	61	4,30
Peru	72	4,22	67	4,23
Uruguai	76	4,15	73	4,17
Brasil	80	4,14	81	4,06
Guatemala	84	4,08	78	4,08
Argentina	92	3,95	104	3,81
Equador	97	3,91	91	3,96
Paraguai	112	3,71	117	3,65
Venezuela	127	3,23	130	3,27

Figura 2: Ranking das economias latino americana, segundo The Global Competitiveness Report 2017-2018.

Apesar destes avanços ainda há muito a ser feito para que o continente seja mais competitivo internacionalmente. Nesse momento, muitas janelas de oportunidades estão abertas para que a América Latina ocupe uma posição estratégica, produzindo e capturando maior valor em suas atividades econômicas.

Destaques internacionais

O Relatório Global de Competitividade 2017-2018 ressalta a necessidade de nos posicionarmos perante os desafios da quarta revolução industrial e seus impactos sociais. Nesse cenário, algumas economias se esforçaram para desfrutar de uma posição mais competitiva.

O primeiro destaque coube a uma economia que guarda semelhança com a economia brasileira e que, na última década, aproveitou a janela de exportações. Registrou índices de crescimento acima de 6% ao ano com forte equilíbrio macroeconômico (26ª posição) e promoveu um processo de industrialização baseado no consumo interno (9º maior mercado) e assistido por avanços no mercado de capitais. A **Indonésia** ocupa hoje no ranking global de competitividade a 36ª posição (ganho de 5 posições em comparação a 2016). Sobressai-se pela capacidade de suas empresas de se sofisticarem (32ª posição) e trazerem para dentro de seus sistemas produtivos inovações de mercado (31ª posição).

O continente europeu volta a se ressaltar pela prevalência dos países do norte nas primeiras posições do ranking e pela recuperação dos países do sul. Cabe realce especial a Portugal e Alemanha. **Portugal** esse ano ocupa a 42ª colocação, registrando um ganho de 4 posições devido à melhoria gradual em infraestrutura (18ª posição) e no sistema de saúde e educação primária (18ª posição). Já a **Alemanha** vem crescendo a uma taxa próxima a 2% anuais com um patamar histórico de baixo desemprego na casa de 3,7%. O país se mantém na 5ª colocação, com destaque para a capacidade de inovação e pela sofisticação de seus negócios (ambas em 5ª posição). A economia alemã representa hoje 30% da economia da União Europeia e o quinto maior mercado consumidor do mundo.

Brasil, oportunidades e escolhas

Depois de atingir sua pior posição em 2016, o Brasil sobe uma posição no ranking do Relatório Global de Competitividade. Encerra assim uma longa tendência de queda e dá sinais de recuperação econômica e competitiva. Apesar de um ganho tímido de uma posição, ocupando o 80º lugar em 2017 (Figura 3), o país avança comparativamente a outros em pontos chaves para retomada do crescimento e desenvolvimento.

Edition	2012-13	2013-14	2014-15	2015-16	2016-17	2017-18
Rank	48 / 144	56 / 148	57 / 144	75 / 140	81 / 138	80 / 137
Score	4.4	4.3	4.3	4.1	4.1	4.1

Figura 3: Posições do Brasil no Ranking do Relatório Global de Competitividade 2012 – 2017

O país apresentou melhora em 10 dos 12 pilares estudados, ressaltando que tais ganhos não são por completo absolutos, já que o ranking é construído de forma comparativa. Todavia, é verdade que a economia brasileira vive um misto de estagnação e recuperação em diferentes pilares da competitividade (Figura 4).

Cenário Competitivo	Posição 2016	Posição 2017	Variação
REQUERIMENTOS BÁSICOS	103	104	-1
Instituições	120	109	11
Infraestrutura	72	73	-1
Ambiente macroeconômico	126	124	2
Saúde e Educação primária	99	96	3
POTENCIADORES DE EFICIÊNCIA	61	60	1
Educação técnica e superior	84	79	5
Eficiência do mercado de bens	128	122	6
Eficiência do mercado de trabalho	117	114	3
Desenvolvimento do mercado financeiro	93	92	1
Prontidão tecnológica	59	55	4
Tamanho do mercado	8	10	-2
INOVAÇÃO E SOFISTICAÇÃO	72	65	7
Sofisticação dos negócios	63	56	7
Inovação	100	85	15

Figura 4: Desempenho do Brasil nos 12 pilares de Competitividade 2016-2017

No grupo de requerimentos básicos a competitividade, o pilar de **instituições** subiu 11 posições, sendo a segunda alta mais expressiva dentre os fatores avaliados. Destaque para a independência do judiciário (ganho de 20 posições) e força das normas de auditoria e

relatórios (ganho de 14 posições), evidenciando os ganhos de credibilidade das instituições brasileiras durante o processo de renovação, luta por maior transparência e combate à corrupção.

O pilar da **infraestrutura** perdeu uma posição e permanece praticamente estagnado. Com a forte crise econômica e elevada limitação do investimento público, tal pilar foi comprometido pela impossibilidade de tomar ações a impactar a infraestrutura nacional. Não obstante, o relatório avalia que a qualidade da infraestrutura geral (ganho de 8 posições) melhorou, apesar de ainda permanecermos entre as piores do mundo, 108ª colocação.

No que tange ao **ambiente macroeconômico**, houve um ganho de 2 posições. A queda da inflação para abaixo da meta do governo, 8,7% em 2016, resultou na subida de sete posições, apesar de ainda ocuparmos a posição 119 no mundo quando o tema é inflação. Outro indicador preocupante é o equilíbrio do orçamento público (receita menos total de gastos como porcentagem do PIB), calculado em -9%, o que representa a colocação 125 (no relatório anterior, estava em 10,3%, 130ª)

Nos indicadores de **saúde e educação primária**, foi registrado uma alta de duas posições. Tal movimento é explicado sobretudo pelo aumento da taxa de matrícula na educação básica para 92,7% (aumento de 8 colocações), enquanto a qualidade de ensino permanece estável na 127ª posição.

No grupo de indicadores considerados potencializadores de eficiência, o país avançou timidamente em alguns subfatores, e comparativamente ainda permanece estagnado. No pilar **educação técnica e superior** o Brasil avançou seis posições movido por melhorias em subfatores, tais como qualidade das escolas de negócios (ganho de 4 posições), maior disponibilidade de serviços de treinamento (+6 posições) e acesso à internet em escolas (+3 posições). Houve, contudo, decréscimo significativo na taxa de inscrição de alunos do ensino médio (-12 posições) e ensino superior (-3).

O pilar **eficiência do mercado de bens** registrou alta de 6 posições puxado sobretudo pela eficácia da política antimonopólio (ganho de 18 posições), custos da política agrícola (+17 posições) e maior orientação ao cliente (+8 posições).

A **eficiência do mercado de trabalho** subiu 3 posições. Esse pilar foi claramente afetado positivamente pela reforma trabalhista, sendo as altas mais expressivas percebidas nos subfatores qualitativos referentes à cooperação nas relações com o empregador do trabalho (+12 posições) e profissionalização da gestão (+11 posições).

No fator **desenvolvimento do mercado financeiro**, o país registrou uma tímida alta de 1 posição, mesmo após a forte queda nos anos anteriores, puxado sobretudo pela queda da taxa de juros que permitiu ganhos em financiamento através do mercado de ações local (+11 posições) e pela solidez dos bancos (+12 posições). Vale salientar que todo o movimento no mercado de ações e câmbio com o recorde dos 76 mil pontos na IBOVESPA e queda do dólar até próximo dos R\$3,00 ocorreu posteriormente a coleta de dados, com a economia brasileira já demonstrando avanços mais profundos nesse pilar competitivo.

No quesito **prontidão tecnológica** a alta foi de 4 posições com ganhos principalmente nos subfatores disponibilidade das últimas tecnologias (+7 posições), absorção de tecnologia por empresas (+6 posições), bem como investimento direto estrangeiro e transferência de tecnologia (+10 posições).

O **tamanho do mercado** sofreu ligeira queda de 2 posições e ficou em décimo lugar. Apesar do Brasil ter se mantido estagnado em todos os subfatores, é possível verificar que com a previsão de crescimento de apenas 0,6% do PIB para 2017, outros países com crescimento mais expressivos registraram maior crescimento do mercado de trabalho.

No terceiro grupo de fatores de inovação e sofisticação dos negócios, são constatados os maiores avanços dentre os pilares avaliados. No que diz respeito à **sofisticação de negócios**, medido através da percepção os empresários, houve uma alta de sete posições. Cabe destacar a quantidade de fornecedores locais (+14 posições) e o controle de distribuição e escoamento internacional (+ 9 posições).

Já o pilar da **inovação** foi aquele responsável pela alta mais expressiva, avançando 15 posições. Foram verificadas altas expressivas, com destaque para a capacidade em inovar (ganho de 19 posições), qualidade das instituições de pesquisa científica (ganho de 9 posições), despesas das empresas com P&D (ganho de 12 posições) e colaboração universidade-indústria em P&D (ganho de 20 posições). Vale destacar que estas variáveis são avaliadas pelos executivos entrevistados, com exceção ao índice de pedidos patentes (o único subfator que caiu 2 posições). Isto é, são fruto de uma percepção subjetiva do empresariado, o que reflete maior otimismo e disposição em investir em inovações por parte dos agentes econômicos.

Como parte da pesquisa de opinião realizada anualmente é perguntado quais os fatores mais problemáticos para se fazer negócios no país (Figura 5). Em 2017 a tributação permanece como maior desafio, seguido da corrupção e ineficiência da burocracia estatal. Veja abaixo a listagem completa dos fatores destacados:

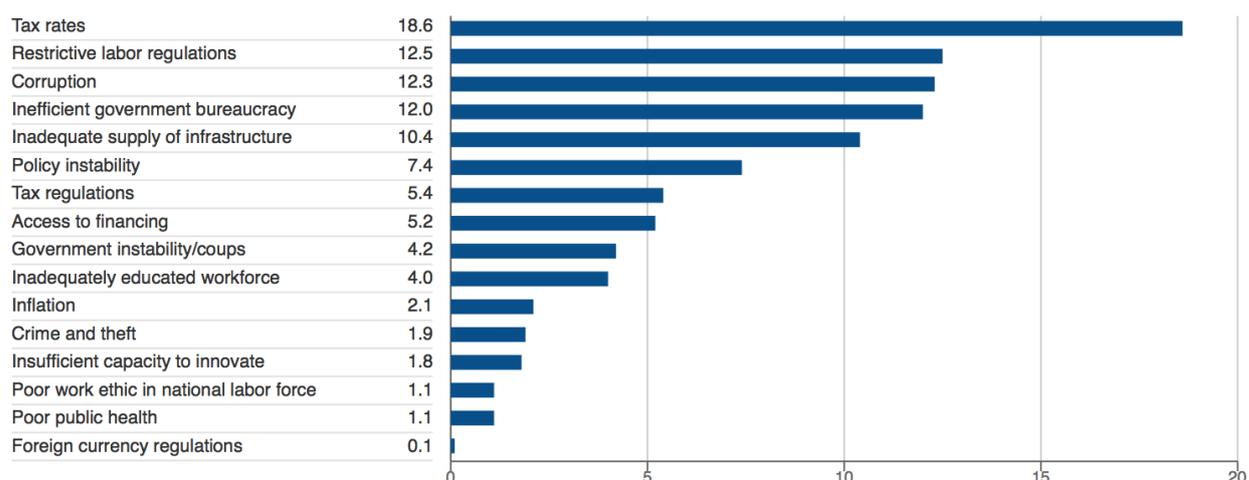


Figura 5: Maiores empecilhos aos negócios no Brasil em 2017, segundo empresários

Brasil – janela de oportunidades

A gradativa recuperação econômica é absolutamente relevante, bem como a reversão da trajetória de perda de competitividade do país. Ao mesmo tempo em que há motivo para otimismo, é dever reconhecer o quão distante o Brasil está das economias mais desenvolvidas do mundo, sobretudo em produtividade e intensidade tecnológica. O relatório aponta algumas oportunidades, as quais podem ser convertidas em ganhos reais de competitividade nos próximos anos. Destacamos duas:

- 1) *Flexibilização trabalhista*: A aprovação da reforma trabalhista marca uma nova era no regime regulatório brasileiro, com o potencial de levar ao desafogamento da justiça do trabalho e simplificação das relações trabalhistas. Com a ampliação das possibilidades de negociação e a flexibilizações de questões como jornada e tempo de trabalho, espera-se que a produtividade deva aumentar, assim como os salários no médio prazo. Cabem as empresas brasileiras compreenderem e trazerem para dentro de seus negócios as novas regras para que a partir dela seja extraído maiores benefícios desse novo regime, em sintonia com as novas tecnologias.
- 2) *Parceria público-privada*: Ainda que a crise política e econômica limite as possibilidades de ação e articulação do Estado brasileiro, abrir espaço para um novo modelo de relações público-privado significa uma necessidade. Mecanismos como privatizações e licitações podem permitir a redução de custos por parte do governo, desafogamento da máquina pública e incentivo para a entrada de novos players na oferta de atividades e funções até então exclusivas do Estado. Seja quais forem as áreas e regras pelas quais essa parceria venha a se intensificar ou se estabelecer, constituem-se uma oportunidade impar para ganhos estratégico e competitivos para a economia brasileira.

Sobre o Relatório Global de Competitividade

O Fórum Econômico Mundial define competitividade como o conjunto de instituições, políticas e fatores que determinam o nível de produtividade de um país, que por sua vez define o nível de prosperidade. Realizado desde 1979, o ranking é calculado a partir de dados estatísticos e de pesquisa de opinião realizada com executivos dos 137 países participantes. 114 variáveis são analisadas e agrupadas em 12 categorias: instituições, infraestrutura, ambiente macroeconômico, saúde e educação primária, educação superior e treinamento, eficiência do mercado de bens, eficiência do mercado de trabalho, desenvolvimento do mercado financeiro, prontidão tecnológica, tamanho de mercado, sofisticação empresarial e inovação.

Para coletar os dados de maneira eficiente, o Fórum Econômico Mundial conta com o apoio de uma rede de mais de 160 instituições parceiras. No Brasil, a Fundação Dom Cabral (FDC) é responsável pela pesquisa de opinião realizada junto à comunidade empresarial, tendo ouvido 103 executivos no período entre março e maio de 2017.

Pesquisadores responsáveis

Carlos Arruda – Professor e Coordenador do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo

Ana Burcharth – Professora e Pesquisadora

Arthur Ramos – Assistente de Pesquisa

Sobre a Fundação Dom Cabral - FDC

A Fundação Dom Cabral é uma escola de negócios que há 41 anos tem a missão de contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade, por meio da educação, capacitação e desenvolvimento de executivos, empresários e gestores públicos. Circulam anualmente pelos seus programas cerca de 40 mil executivos de empresas e organizações de pequeno, médio e grande porte. No campo social, a FDC desenvolve iniciativas de desenvolvimento, capacitação e consolidação de projetos, líderes e organizações sociais, contribuindo para o fortalecimento e o alcance dos resultados pretendidos por essas entidades. A FDC é a melhor escola de negócios da América Latina segundo o Ranking da Educação Executiva 2017 do Financial Times.